Quarta-feira NESTA EDIÇÃO — 20 PÁGINAS

DEPÓSITO LEGAL 1977

MÁRIO SOARES PARTIU PARA O BRASIL

Pág. 5

o diário

Director: Miguel Urbano Rodrigues • Ano 1 • N.º 283 • Preço 6$00 • 15-12-76 • Propriedade de Editorial Caminho

RESULTADOS FINAIS DAS ELEIÇÕES

ESQUERDA AVANÇOU EM TODO O PAÍS

- PERDAS IMPORTANTES DO PS, PSD/PPD E CDS
- PS E FEPU GARANTEM CONFORTÁVEL MAIORIA

Os resultados finais provisórios da contagem de votos e mandatos das eleições para as autarquias confirmam a clara vitória da esquerda neste escrutínio. A derrota da direita torna-se mais expressiva no recuo do CDS, herdeiro directo das forças do passado que o povo português de novo repudiou. Embora o PPD/PSD tenha mantido sensivelmente a percentagem das eleições anteriores, a verdade é que é muito importante a perda de votos. O mesmo se pode dizer, aliás, do Partido Socialista, que mais uma vez ganhou as eleições mas sofreu perdas que se aproximam do meio milhão de eleitores em todo o País.

A esquerda consequente, representada neste escrutínio por uma frente de novo tipo, a "Povo Unido", averbou êxitos notáveis em todo o País, recuperando o eleitorado de Abril e registando aumentos percentuais muito expressivos. Assim, em Aveiro (onde a FEPU foi a única força que avançou), a votação deu mais 2,25 % em relação àquela que tivera o PCP nas eleições para a Assembleia da República (3,8 %/6,05 %); em Beja, mais 2,87 % (44/46,87 %); em Braga mais 3,39 % (4,1/7,49 %); em Bragança mais 2,60 % (2,7/5,30 %); em Castelo Branco mais 2,76 % (6,6/9,36 %); em Coimbra mais 2,90 % (7,2/10,1 %); em Évora mais 5,21 % (43/48,21 %); em Faro mais 5,12 % (14,5/19,62 %); na Guarda mais 1,37 % (2,9/4,27 %); em Leiria mais 4,21 % (7,3/11,51 %); em Lisboa mais 4,84 % 21,8/26,64%); em Portalegre mais 2,05 % (22/24,05 %); no Porto mais 3,76 % (8,4/12,16 %); em Santarém mais 6,30 % (16,1/22,40 %); em Setúbal mais 3,10 % (44,3/47,40 %); em Viana do Castelo menos 0,79 % (6,6/5,81 %); em Viseu mais 3,46 % (2,3/5,76 %); em Angra do Heroísmo menos 0,23 % (1,5/1,27 %); na Horta mais 0,83 % (1,5/2,33 %); em Ponta Delgada menos 0,28 % (1,5/1,22 %); no Funchal mais 0,32 % (1,5/1,82 %).

Analisada a elevada percentagem de abstenções, que atingiu todas as forças concorrentes, verifica-se também que a influência na FEPU foi mínima no que respeita ao número de votantes. Finalmente, registe-se a desproporção em número de mandatos com a votação real: o PPD/PSD aproximou-se do PS, tendo cerca de nove por cento de eleitores a menos e conquistou o mesmo número de autarquias; e o CDS, com votação inferior à da FEPU, obteve mais mandatos e somente uma Câmara a menos. Isto deve-se a uma lei absurda que teve mais em conta interesses partidários do que a correspondência real entre o número de mandatos e o número de eleitores. *(Mais noticiário nas págs. 8 / 9 / 10 / 11 / 12)*

RESULTADOS FINAIS DAS ELEIÇÕES
CONTADOS OS VOTOS
NAS 304 CÂMARAS MUNICIPAIS

Eleitores inscritos: 6 460 528
Número de votantes: 4 170 494 (64,55 por cento)

	VOTOS	%	MANDATOS	CÂMARAS
PS	1 386 362	33,24	651	115
PSD	1 012 351	24,27	623	115
FEPU	737 586	17,69	267	37
CDS	692 869	16,61	317	36
GDUP	104 629	2,51	5	

LOPES GRAÇA HOMENAGEM A UM HOMEM DA REVOLUÇÃO

Com um concerto no qual participam os melhores músicos portugueses será assinalada na próxima sexta-feira, às 18 horas no Teatro da Trindade a passagem do septuagésimo aniversário do compositor e lutador antifascista Fernando Lopes Graça.

A homenagem que é iniciativa conjunta da Academia dos Amadores de Música, da Associação Portuguesa de Escritores, da Sociedade Portuguesa de Autores, do Sindicato dos Músicos e do INATEL, conta com a adesão de numerosos músicos de várias orquestras nacionais.

O homenageado executará ao piano uma das suas obras mais conhecidas.

No Teatro da Trindade estarão presentes destacadas figuras da vida cultural e política portuguesa. Entretanto os bilhetes para o concerto podem ser adquiridos gratuitamente nas bilheteiras da sala de espectáculos.

INICIATIVAS ANTIOPERÁRIAS DERROTADAS EM S. BENTO

A Assembleia da República ratificou ontem o Decreto-Lei n.º 821/76, de 12 de Novembro, que impede que, contra empresas geridas por trabalhadores, sejam intentadas acções ou providências judiciais que "paralisem a sua actividade ou comprometam irremediavelmente a sua sobrevivência". Pretende-se, com tal diploma, evitar que ex-patrões sabotadores, através do recurso a meios processuais – acções de reivindicação, de restituição de posse, entre outras – possam recuperar empresas que sobreviveram graças ao sacrifício dos trabalhadores.

Foi, naturalmente, o CDS que tomou a iniciativa de requerer a ratificação pela Assembleia da República de tal decreto-lei. Para tanto, acusou-o de ser inconstitucional por variadíssimas razões: violar o direito à propriedade privada, limitar o direito de acesso aos tribunais, regular matéria da exclusiva competência da Assembleia... Tais argumentos, porém, apenas convenceram – se convenceram – os próprios "centristas", já que nem sequer os deputados neo-sociais-democratas ontem os acolheram, remetendo-se a um profundo silêncio durante os debates. Como afirmou o deputado do PS Ferreira Neto, que emitiu a declaração de voto do seu partido, "o CDS pegou nos artigos da Constituição pela ponta que lhe ficava a jeito", para justificar aquela iniciativa.

"Quando – observou o mesmo deputado – na dureza da luta de classes, os patrões abandonaram, boicotaram ou arruinaram as empresas, e os trabalhadores as tomaram e entraram a gerir as suas empresas, iniciando uma prática autogestionária, a burguesia irrita-se e vem com argumentações jurídicas especiosas, invoca os grandes princípios, grita que a propriedade privada está ameaçada e não usa a violência e a brutalidade porque não pode".

Com essa declaração de voto, o grupo parlamentar do PS sitetizou as violentas críticas que ontem partiram das suas bancadas contra o partido do prof. Freitas do Amaral. Foram seus autores, entre outros: Aires Rodrigues, Carmelinda Pereira, Sérgio Simões e Manuel Pires. Foi, no entanto, Lino Lima, a quem coube apresentar a declaração de voto do PCP, quem definiu claramente o significado da ratificação do decreto-lei, ao afirmar: "a ratificação que se acaba de conceder tem, portanto, um significado político que se deve assinalar, pois contraria a política de recuperação capitalista, contra a qual o nosso partido tem lutado e continuará a lutar".

Na mesma declaração, os deputados comunistas lamentaram, de resto, que "o âmbito de aplicação do diploma não seja mais largo, nomeadamente abrangendo as acções destinadas a exigir o pagamento de dívidas contraídas pelas administrações anteriores à gestão dos trabalhadores".

Submetidos, assim, a uma forte denúncia por socialistas e comunistas, nem por isso, as hostes de Freitas do Amaral perderam a sua arrogância. Pelo contrário, o mau génio habitual do sr. Narana Coissoró levou-o mesmo ao desaforo de chamar "gatunos" a trabalhadores de uma empresa em autogestão – a CAM Fidalgo – contra os quais o ex-patrão, de quem é advogado, intentou uma acção do tipo das que agora ficam proibidas.

Como sublinhou Carlos Brito (PCP), largamente aplaudido pela maioria parlamentar, a ofensa é tanto mais grave quanto, estando o processo ainda em curso, o deputado-advogado se serviu da Assembleia da República para se antecipar à apreciação definitiva do tribunal.

Ainda na sessão de ontem, a Assembleia da República, por maioria, rejeitou, na generalidade, a proposta de lei do Governo sobre o pagamento parcial do 13.º mês em títulos

Registo

Bons exemplos

A sanha do CDS contra os trabalhadores, tão bem expressa pelo sr. Freitas do Amaral na mesa-redonda televisiva de anteontem, foi outra vez derrotada na Assembleia da República. As duas últimas grandes ofensivas daquele partido herdeiro directo da União Nacional fascista e do respectivo "Estado Novo" tiveram igual resposta na Câmara de S. Bento: a primeira, contra a Reforma Agrária; a segunda, ontem, contra a gestão dos trabalhadores em empresas sabotadas ou abandonadas pelo antigo patrão.

São dois bons exemplos da aliança pontual das forças democráticas na Assembleia da República. São duas amostras de como os dois grandes partidos de esquerda — o PS e o PCP — poderiam garantir ao País, se unidos na realização de um grande projecto democrático, uma vida progressista e sem sobressaltos perigosos.

O exemplo, de resto, servir-nos-ia para interessantes análises ao nível do País. Concluída a contagem das últimas eleições, verifica-se que os partidos da direita acabaram por conquistar mais autarquias do que a real percentagem de votos expressos a seu favor. Isso deve-se a uma lei absurda de atribuição de mandatos mas, também, à teimosia de uma direcção partidária — a do PS — em não ter permitido alianças entre aquele partido e a FEPU nos concelhos de maior implantação reaccionária e caciquista. Se tal se tivesse verificado, uma grande maioria dos concelhos e freguesias do país teriam sido conquistados para a democracia.

BENAVILA

GOVERNO DESANEXA TERRAS LEGADAS A QUEM AS TRABALHA

Por despacho do secretário de estado da Estruturação Agrária foi determinada a desanexação das terras da antiga Fundação Abreu Calado, actualmente integradas na UCP "21 de Fevereiro", na freguesia de Benavila. Com esta medida arbitrária regista-se mais uma agressão administrativa à Reforma Agrária. Uma vez mais os trabalhadores não foram consultados nem se respeitaram os princípios consignados na Constituição, nomeadamente, no que se refere à lei da Reforma Agrária. A UCP "21 de Fevereiro" é constituída, na sua maioria, por herdades pertencentes aos trabalhadores rurais há mais de 26 anos, legadas em testamento pelo antigo agrário. A actuação dos separatistas que pretendem a divisão dos trabalhadores naquela UCP, e a forma como o CRRA de Portalegre conduziu o processo que culminou com um despacho do secretário de Estado da Estruturação Agrária, constituem objectivos que visam destruir a maior conquista da Revolução – a Reforma Agrária. (Pág. 7)

o diário

Director Miguel Urbano Rodrigues • Ano 1 • n.º 0 • Preço 4$00 • 30-12-1975 • Propriedade de Editorial Caminho, EC

Mãos à obra

As consequências políticas, a nível nacional, dos resultados apurados nas eleições para as autarquias locais serão mais apreensíveis num futuro próximo. Vamos passar pelo período de análise do comportamento do eleitorado, o qual, a começar pela elevada percentagem de abstenções, forneceu indicações políticas do maior interesse no sentido de uma estabilidade dinâmica da vida democrática e deslocações de claro sentido progressista.

De tal modo que é agora o conservador e insuspeito "Times", de Londres, a falar na concretização de uma maioria de comunistas e socialistas, facto que, diz, deve ser tido em conta pelo governo PS. Embora outros quadrantes internacionais, como se verifica pela leitura do porta-voz do imperialismo, o "New York Times", vão insistir no velho estribilho da "aliança de socialistas com sociais-democratas" no Governo, os primeiros sinais apontam para um certo desencanto dos grandes meios financeiros nacionais e internacionais face ao resultado das eleições. A exemplo do que já acontecera com o escrutínio para a Assembleia da República, a alta finança jogou num grande crescimento da influência eleitoral da direita, sobretudo do CDS, à custa do Partido Socialista. As contas sairam furadas face ao esclarecimento e consciência política do Povo português. Este é outro dado importante a ter em conta na análise política do momento: os portugueses votaram, também, pela independência nacional.

MÃOS À OBRA

Agora, interessa dar grande atenção aos objectivos concretos do acto eleitoral: as autarquias.

A distribuição de candidatos eleitos reflecte, em muitos aspectos, a correlação de força partidária existente. Mas, noutros casos, sobretudo na região de Lisboa e no Norte do país, verificaram-se fortíssimas votações em listas unitárias e independentes, embora apoiadas do ponto de vista jurídico por outras forças, como é o caso da Frente Eleitoral Povo Unido que deu suporte legal à esmagadora maioria dessas listas. Os resultados verificados reflectem, por outro lado, as condições de exercício da democracia realmente existentes e o grau de esclarecimento e consciência política das populações. Se, nos grandes centros industriais, nos distritos rurais do Sul e em largas faixas de todo o litoral é justo reconhecer uma consciência política no voto expresso, noutras zonas do interior centro e norte isso não aconteceu, na exacta medida em que não foi ainda possível sentir os efeitos da vida democrática nas suas expressões mais visíveis: informação livre, iniciativa autónoma e criadora, ensino e esclarecimento, humanização dos processos de trabalho, discussão colectiva, melhor índice do nível de vida, etc. Pelo contrário, manteve-se o clima de provocações, boicotes e violência contra forças progressistas.

Deste modo, a fase da vida comunitária que se vai seguir pode constituir uma grande escola e permitir às populações a verificação correcta, e por comparação, de quem defende ou não defende os seus interesses, de quem pratica e não pratica a democracia, de quem luta pela melhoria da vida do povo e de quem continua a lutar por interesses particulares à velha maneira.

A significativa presença de homens honestos e progressistas nas assembleias de freguesia, municipais e câmaras nas regiões dominadas até aqui pelo caciquismo será uma experiência de grande interesse, abrindo o caminho do desbloqueamento de sectarismos e preconceitos artificiais que a reacção tem conseguido manter em muitos locais. E, nas regiões onde a democracia já foi conquistada, há que apoiar a experiência exaltante de autarquias voltadas para a participação intensa, democrática e criadora das massas populares e dos trabalhadores.

O PAPEL DO GOVERNO

O Governo Central terá um papel fundamental nesta nova fase da vida política portuguesa. A descentralização do poder, o equilíbrio, a defesa da autonomia das autarquias e da ordem democrática, o incentivo da capacidade criadora das populações devem ser normas de trabalho inflexíveis, tal como se impõe um estatuto para as autarquias que respeite integralmente o sentido progressista da Constituição da República.

Sendo o Governo o gerente do património económico e financeiro do país, impõe-se que o mesmo siga uma política de distribuição de verbas segundo as necessiddes reais das autarquias e não segundo interesses de partidos ou clientelas eleitorais. Não pode haver parcialidades regionais. Não pode ser posta em causa, seja em que circunstâncias for, seja em que regiões for, a expressão democrática da vontade das populações. Esperamos que a demagogia eleiçoeira posta em prática em certos locais durante a campanha eleitoral não se concretize. Porque isso seria muito mau. A democracia tem de ser defendida na prática. A justiça social também.

«Quebrar a espinha...»

Por ANTÓNIO VINHAIS

Há quem sonhe neste País em «quebrar a espinha» ao Movimento Operário e Sindical.

Sabíamos já que entre esses estão a CIP, a CAP, a Confederação do Comércio, os partidos reaccionários, os terroristas e bombistas, aliados ao imperialismo. Sabíamos também haver forças, no campo da democracia, dispostas a alianças sem princípios com aqueles agrupamentos da mais negra reacção — na mira de conquistarem a hegemonia no movimento operário e sindical. A estranha amálgama da chamada «Carta Aberta» é disso exemplo suficiente.

Ficámos, pois, a saber que o sr. Maldonado Gonelha — secretário de Estado do Trabalho e membro do Secretariado Nacional do PS — não só apoia tais projectos, como os promove e teoriza. A ele a glória de sonhar em voz alta: «Vamos quebrar a espinha à Intersindical!»

Abstemo-nos de desenvolver aqui o que daria vontade de responder: «*Vamos lá a ver quem, no final, quebrará a espinha a quem?!*»

Uma voz autorizada e insuspeita veio, portanto, confirmar aquilo que os trabalhadores de todas as tendências políticas desde o início tinham compreendido muito bem: a tentativa de alterar o actual sistema de *cobrança da quotização sindical*, e outras medidas de alteração à lei sindical, inserem-se numa manobra desesperada tendente à asfixia económica das associações sindicais e a privá-las de meios para fiscalizar o cumprimento das leis e dos CCT, como formas de levar ao enfraquecimento ou mesmo à destruição do Movimento Sindical que, pela sua acção unitária, organizada e de massas, representa uma das mais sólidas barreiras à política de recuperação capitalista.

Nem o pretexto de defender a liberdade sindical conseguiu iludir ninguém. Porque o *art. 53.º, n.º 1 da Lei Sindical já desde Maio de 1975* dizia: «Fica *revogada a legislação* sobre associações sindicais, *nomeadamente a que vincula os trabalhadores não sindicalizados ao pagamento obrigatório de quotas*»!

Falando para alguns elementos do seu partido ligados à Construção Civil, aquele homem de estado não se lembrou de os informar sobre o sumiço que foi dado pelo seu Ministério (e outros) ao Contrato Colectivo de Trabalho Vertical, pronto para decisão desde Novembro de 1975 e congelado "de direito" e de facto há muito mais de um ano! Esqueceu-se de dar a conhecer aos seus correligionários quais as medidas que tencionava tomar para impedir que a "espinha" dos trabalhadores da construção civil seja "quebrada" pelo aumento de preços e pelo agravamento da exploração capitalista.

Talvez que o sr. secretário de Estado tenha finalmente descoberto a solução para os problemas da contratação colectiva cujo congelamento de facto provocado pelo patronato reaccionário, beneficiando da passsividade do Ministério do Trabalho, prejudica já, hoje, cerca de *1 milhão e 600 mil trabalhadores?!* Trata-se, afinal de *um «ovo de Colombo»!* Destrua-se a unidade dos trabalhadores; fomente-se a criação de sindicatos paralelos controlados pelos patrões ou pelos partidos reaccionários; em desespero de causa tirem-se as receitas e agravem-se as despesas dos Sindicatos; acabe-se com o Movimento Sindical (Unitário) – e a contratação colectiva deixará de constituir um problema. Os contratos colectivos passarão a «regulamentar a luta de classes», a definir as «regras do jogo», a estabelecer a «cooperação entre os parceiros sociais». Os trabalhadores serão cada vez mais explorados, mas tudo correrá pelo melhor no melhor dos mundos. Os monopólios americanos poderão prestar o desejado (?) empréstimo de 47 milhões de contos. A Europa estará connosco!

Quanto ao sr. Maldonado Gonelha, poderá então, tranquilamente, deitar-se a teorizar sobre a melhor forma de manter a própria «espinha» intacta, pois as forças reaccionárias a quem a sua política de compromissos e de cedências, neste momento, ajuda não o quererão nessa altura como aliado.

«CORPORATIVISMO SEM SILVA PINTO»

Na mesma linha, não temos dúvidas, se enquadra uma outra iniciativa recente do Ministério do Trabalho: a *Portaria para os funcionários das associações sindicais* publicada no boletim oficial daquele departamento em 15 de Novembro passado.

Esse estranho diploma especula com justas aspirações desses trabalhadores à melhoria das condições de trabalho e à segurança no emprego. Promete-lhes mundos e fundos, incluindo condições que o próprio Ministério do Trabalho e o Governo condenam oficialmente (por exemplo um leque salarial de 5000$00 entre a remuneração mais baixa e a mais elevada). Consagra reivindicações «irrealistas» (como o salário mínimo de 5500$00!). Porém, não dá resposta concreta a nenhum dos problemas reais que esses trabalhadores defrontam, os quais *só poderão ser resolvidos através de acordos com as respectivas direcções sindicais.*

Depois de concretizada a ameaça de alterar o sistema de cobrança da quotização, fazendo prever a diminuição do volume de receitas e pondo, por isso, *em perigo os postos de trabalho existentes* – os funcionários sindicais terão compreendido melhor a demagogia dos que dizem defender os seus interesses, na mira de obterem apoios «de dentro» para o ataque ao Movimento Sindical.

O lugar desses trabalhadores não é ao lado dos falsos amigos que deles se querem servir para depois criarem condições susceptíveis de os lançar no desemprego. O decreto da quotização coloca os funcionários sindicais do mesmo lado da barricada em que se encontra todo o Movimento Sindical.

O Ministério do Trabalho não faz Portarias para obrigar os patrões reaccionários a satisfazer minimamente as reivindicações dos trabalhadores, sempre que aqueles boicotam as negociações, ou só as faz quando, literalmente, a isso é obrigado pela luta operária e sindical. Proclama as virtudes da «conciliação de classes», mantém obstinadamente em vigor o Decreto-Lei n.º 164-A/76 que põe o patronato a coberto da intervenção administrativa para defesa e promoção dos interesses dos trabalhadores. Mais: o Ministério do Trabalho impõe ciosamente a presença paritária dos grémios patronais nas Comissões Técnicas encarregadas de elaborar portarias de trabalho, apesar de a Constituição (art. 58.º, n.º 2, a) só aos trabalhadores permitir a intervenção na elaboração das leis do trabalho.

E neste caso, em que as entidades empregadoras são associações sindicais, como se comportou o Ministério? Pois não descansou enquanto não conseguiu publicar a Portaria, contra a vontade expressa das principais organizações sindicais interessadas...

Quanto à composição da Comissão Técnica, colocou em minoria a representação das entidades empregadoras (1 voto da Intersindical face aos 4 votos de uma comissão dos empregados sindicais, dois Sindicatos e uma Federação de empregados de escritório). Aliás, o preâmbulo da Portaria informa seraficamente que aos trabalhos da Comissão compareceram todos os membros, «apenas» com uma excepção sistemática – «ausência do representante da Intersindical Nacional»...

Os poderes de intervenção administrativa, como facilmente se deduz, existem. Só que o Ministério do Trabalho nunca os utiliza a não ser na *direcção errada*, isto é, contra os trabalhadores e não contra o capital.

A Portaria de que temos falado, se fosse aplicada generalizadamente, agravaria a situação económica e financeira das associações sindicais, cujo fim é defender os trabalhadores, não sendo de admitir que a maior parte das receitas vá para pagar salários e outras despesas com o pessoal e administração. Além disso ela introduziria ou agravaria tensões internas dentro de cada associação sindical, fomentando o divisionismo. Esta aberração produzida na Praça de Londres esquece, fundamentalmente que o tempo dos empregados corporativos acabou de vez, por mais que o queiram ressuscitar os abencerragens do «corporativismo sem Silva Pinto».

Ao substituir-se às associações sindicais na função de regulamentar as relações de trabalho por acordo com os funcionários, o governo viola a «liberdade de organização e regulamentação interna» e atenta contra a independência perante o Estado previstas na Constituição e na Lei Sindical. Comete mais uma *ingerência* que não se diferencia das praticadas pelo Ministério das Corporações através das Portarias n.os 253/71 e 734/73 («Estatuto dos Empregados dos Organismos Corporativos»).

É por esse nome, «ingerência», que a primeira é referida no próprio preâmbulo da actual Portaria. Quanto à segunda, a 734/73, está-lhe ligada uma das grandes lutas dirigidas pela Intersindical contra a repressão corporativa, antes do 25 de Abril: 32 Sindicatos e Federações afrontaram abertamente o fascismo na luta pela sua revogação, conseguindo, designadamente, o apoio de 61 advogados democratas que subscreveram um recurso para o Supremo Tribunal Administrativo. Entre eles, altos dirigentes do Partido Socialista, hoje no Governo: por exemplo os drs. Zenha e Marcelo Curto. Os tempos mudaram, como se vê.

Novas medidas se anunciam, como esse descabelado Decreto-Lei que, ao arrepio da Constituição, pretende «regulamentar» as Comissões de Trabalhadores segundo o dilema de obter o seu *contrôle* partidário ou destruí-las, aproveitando para introduzir à sucapa novas alterações à lei sindical a fim de proteger os «valentes» e «pluralistas» sindicatos da «Carta Aberta». Mas o fito aqui é o ataque às Comissões de Trabalhadores, criação original da luta dos trabalhadores portugueses, mesmo antes do 25 de Abril devido ao seu papel destacado na defesa, consolidação e avanço das conquistas revolucionárias.

É outros diplomas são publicados como o Decreto-Lei n.º 841-C/76 que autoriza os patrões a despedirem sem justa causa e a exercerem represálias sobre os dirigentes e activistas sindicais.

Até onde poderá conduzir esta política de traição aos trabalhadores e de ataque sistemático aos seus interesses?

Não estando especialmente solidários com a «espinha» dos responsáveis directos pela concepção de tais medidas, permitimo-nos lembrar-lhes que poderá também chegar a vez deles. O que seria trágico para a nossa democracia.

Os trabalhadores organizados, felizmente, constituem a força daqueles a quem nunca ninguém «quebrou a espinha», nem sequer a vergou. Nem o fascismo! Muito menos as ameaças megalómanas que ouvimos agora.

EM ESTREMOZ
«Muitas coisas para fazer»

Estremoz – O novo Presidente da Câmara, eleito em representação da Frente Eleitoral Povo Unido, António João Vestia da Silva, pensa prioritariamente dirigir os benefícios da sua gestão camarária no sentido de melhorar as condições de vida das aldeias que constituem o concelho. Aí há muito a fazer quer quanto ao abastecimento de água, quer quanto à construção de estradas e outras vias de comunicação, quer no que diz respeito ao fornecimento de electricidade.

A Reforma Agrária está também, naturalmente, nas preocupações do novo Presidente. "Enfim há muitas coisas para fazer", concluiu António João Vestia da Silva.

NO BARREIRO
Dar execução a programa realista

BARREIRO — "Temos um programa muito realista baseado nos problemas locais do concelho e de todas as freguesias, contamos com a colaboração das populações e por isso estamos confiantes quanto ao nosso trabalho futuro", declarou Helder Madeira da Frente Eleitoral Povo Unido, presidente eleito da Câmara Municipal desta vila de forte concentração operária e grandes tradições de luta contra o fascismo.

"Vamos estar muito ligados às comissões de moradores, de bairro e de trabalhadores. Temos, no entanto, grandes preocupações relacionadas com questões financeiras e administrativas. Por outro lado, estamos convictos de que só com o reforço da autonomia local faremos um bom trabalho", afirmou também Helder Madeira.

Na lista das prioridades da câmara do Barreiro estão as questões do saneamento básico, creches, jardins de infância, da terceira idade, saúde, urbanismo, transportes e todos os problemas resultantes do grande índice de poluição existente na vila.

Direita perde influência no distrito de Aveiro

AVEIRO *(do nosso correspondente)* — Uma primeira análise dos resultados eleitorais no distrito de Aveiro mostra que as forças de direita perderam influência em todo o distrito, apesar de o CDS ter sido o partido mais votado no concelho de Aveiro. A maioria aqui obtida pelo CDS, à custa do PPD/PSD, não impediu que o partido do prof. Freitas perdesse um grande número de votos, em diversos concelhos, relativamente às eleições para a Assembleia da República. É o caso, por exemplo, de Oliveira de Azeméis, onde a votação no CDS diminuiu em mais de 1300 votos.

Nesse mesmo concelho, e acompanhando a tendência geral do distrito, o PPD/PSD perdeu cerca de 2300 votos. A Frente Eleitoral Povo Unido, por sua vez, teve, em valores absolutos, uma votação superior em mais de 100 por cento à obtida pelo PCP (o partido mais forte da Frente) nas eleições legislativas.

A nível distrital, a FEPU alcançou mais de 6 por cento do total de votos, quando o PCP apenas tinha alcançado o máximo de 3,8 por cento.

Este êxito relativo da Frente Eleitoral Povo Unido é tanto mais importante, quanto é certo que, no distrito de Aveiro, continua a fazer-se sentir um forte peso do caciquismo, bem patente durante a campanha eleitoral e no decorrer da votação.

O próprio Partido Socialista chegou a orientar a sua campanha no sentido de uma identificação com os "bons patrões". "Vota nos patrões que melhor pagam!" — pediam militantes do PS, no concelho de Oliveira de Azeméis. E acrescentavam, através de um altifalante: "Vota nos patrões que cumprem os contratos colectivos de trabalho!" Apesar disso, ou talvez por isso, o PS perdeu mais de três mil votos.

Em S. João da Madeira, o CDS distribuiu emblemas com a figura do seu cabeça de lista para a Câmara Municipal: nada mais nada menos do que o bem conhecido Rui Moreira, da Molaflex, que, como elemento fundador do ELP/MDLP, esteve já preso em Custóias e Caxias. "Rui Moreira — um amigo" era a legenda do emblema. Um dos "slogans" utilizados pelo CDS nada tinha de original: "Na presidência, um amigo".

O caciquismo do CDS e do PPD/PSD manifestou-se no decorrer do próprio acto eleitoral, através das mais diversas irregularidades. Cartazes de propaganda do PPD colocados na porta de acesso e nos corredores de passagem para a sala onde funcionavam secções de voto (freguesia de Oliveirinha), preenchimento de boletins por presidentes de mesa do PPD (Vacariça-Mealhada), provocações e ameaças a delegados da FEPU (Sosa-Vagos), constituíram prática corrente em diversas freguesias de Aveiro.

Na freguesia de Sosa, concelho de Vagos, o delegado da FEPU foi impedido de sair da sala, após o apuramento dos votos, por se recusar a retirar três protestos escritos contra irregularidades cometidas pelo presidente da mesa, elemento do PPD. Um candidato da FEPU pelo concelho de Vagos, Vítor Parada, morador em Sosa, viu a sua casa cercada por manifestantes reaccionários, depois de ser conhecida a maioria aí obtida pelo CDS.

Os incidentes entre adeptos do prof. Freitas e do dr. Sá Carneiro foram também constantes, no decorrer da campanha eleitoral. Em Oliveirinha, concelho de Aveiro, e em Lombomeão, concelho de Vagos, verificaram-se animadas trocas de piropos, no último caso com alguns murros à mistura. "Centristas" e "neo-sociais-democratas" chamavam-se reciprocamente de fascistas.

PPM ASSEGURA:
Ribeira de Pena não é condado

Não é conde, nem sequer barão, o novo presidente do Município de Ribeira de Pena. Não passa de um simples plebeu. Será, quando muito, um "homem-bom" do concelho. Esta informação, digna de todo o crédito, anuncia-a com autoridade o Partido Popular Monárquico, em comunicado (vulgar) de altaneira crítica ao "sr. ministro Campinos", e mais dizeres "produzidos perante a RTP" por este titular (governamental).

O presidente eleito não tem direito a ser tratado por "dom" e não é desta vez que Ribeira de Pena será alcandorada a condado. Continuará a reger-se por antanha carta de alforria régia, permanecendo ao nível comum de burgo republicano.

João Alves Pereira "não é conde de Ribeira de Pena e o seu único título é ser um homem honrado, trabalhador, respeitado na sua terra e por quantos o conhecem", garante categoricamente o PPM que, certamente para desfazer calúnias jacobinas, acrescenta magestoso: "Se, por acaso, fosse conde ou professor continuaria a ser um homem honrado de certeza".

A admoestação ao "sr. Campinos" de nobre (in)correcção não deixa quaisquer dúvidas sobre a irritação que provocou nos dignitários "monárquicos", apesar de "populares": "A petulância adolescente revelada pelo sr. Campinos" — assim começa o parágrafo — "deve ser considerada como manifestação primária de republicanismo de segunda classe". Proferida sentença tão aniquiladora, o PPM recorda ainda que tão "petulante" ministro, "ao contrário de muitos membros da cúpula do Partido Socialista, nunca se encontrou antes do 25 de Abril com os monárquicos do PPM em jornadas de luta pela democracia que pudessem envolver sacrifício pessoal". A Comissão Eleitoral do PPM, de certo por distinção, não recorda nenhum nome em particular que continue *nobremente* nas sendas *socialistas*.

VILA NOVA DE GAIA
Unidade e democraticidade razões do êxito da esquerda

PORTO — "As razões do êxito da FEPU no Concelho de Vila Nova de Gaia devem-se à unidade e democraticidade com que aparecem as suas listas" — afirmou o eng. Neves Fernandes, primeiro nome das listas da Frente Eleitoral Povo Unido e eleito para a Câmara Municipal de Gaia.

O eng. Neves Fernandes, após referir que a Frente obteve 11,9 por cento dos votos para a Câmara, 13 por cento para a Assembleia Municipal e 14,3 por cento no conjunto das freguesias, comentou:

"O êxito que estes resultados reflectem, com aumentos de alguns milhares de votos, não se limitam às percentagens, o que seria natural dado o elevado número de abstenções, mas ao número real de votantes. Quanto à percentagem de abstenções (cerca de 30 por cento), reflectem seguramente a desilusão dos possíveis eleitores dos partidos da direita e de uma parte do eleitorado do PS".

Debruçando-se depois sobre os resultados obtidos pelos outros partidos, Neves Fernandes concluiu que "atendendo às variações verificadas, constata-se que o PS desce cerca de 19000 votos, o PPD de 6000, enquanto o CDS sobe apenas cerca de 1400. Estas variações reflectem bem uma deslocação do eleitorado de Gaia para a esquerda e que a abstenção afectou os sectores que atrás referi".

Neves Fernandes passa, seguidamente, a analisar os resultados da Frente Eleitoral Povo Unido:

"As razões do êxito da FEPU devem-se à unidade e democraticidade com que aparecem as suas listas e programas, ao facto de ter feito uma campanha dirigida aos problemas concretos das populações e não cedendo à demagogia, ao conhecimento que parte considerável do eleitorado já tem das pessoas das listas da FEPU como pessoas honestas e dedicadas à causa das populações. Deve-se por fim, à própria evolução da situação política nacional, como aliás se verificou em todo o país em relação à votação na FEPU. Os resultados são mais expressivos para as Assembleias de Freguesia porque aí o eleitorado conhecia ainda melhor os candidatos".

"O resultado destas eleições — conclui Neves Fernandes — traduz-se na maioria de esquerda nos órgãos municipais e de freguesia. Há pois possibilidades para continuar a melhorar o trabalho positivo já feito depois do 25 de Abril em muitas autarquias, derrotar o caciquismo, resolver os principais problemas da população e fazê-la participar mais eficazmente na gestão das suas autarquias".

EM S. PEDRO DO SUL
Progressistas vão fazer trabalho didáctico

S. PEDRO DO SUL — "Quem ganhou aqui as eleições foi o CDS mas dado que eles andam *murchos* até parece que a vitória foi alcançada pela Frente Eleitoral Povo Unido", revelou-nos Jaime Gralheiro, um dos quatro candidatos da Frente eleitos para a Assembleia Municipal desta vila do distrito de Viseu. A eleição dos quatro elementos progressistas para a Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul ficou a dever-se a um aumento de 18 por cento da percentagem da votação nos partidos que constituem a Frente em relação a anteriores eleições.

Do programa dos quatro elementos eleitos consta a luta para "que as sessões da Assembleia sejam abertas ao público e se processem com uma certa periodicidade"; "lutaremos ainda", prosseguiu Jaime Gralheiro, "para que a Assembleia Municipal se transforme em deliberativa. Procuraremos ainda fazer intervenções didácticas, quer orientadas para o esclarecimento do público, quer dos representantes dos outros partidos. Esforçar-nos-emos no sentido de demonstrar à população a justeza das posições da Frente Eleitoral Povo Unido". E a concluir, declarou ainda Jaime Gralheiro: "Estudaremos muito concretamente os grandes problemas do concelho no sentido de obrigar a Câmara a realizar as obras que se comprometa a concretizar."

NA MARINHA GRANDE
«Ouvir as populações e depois decidir»

MARINHA GRANDE — O militante do PS Artur Neto Barros foi eleito Presidente da Câmara desta vila de sólidas tradições progressistas. Contactado por "o diário", o novo Presidente da Câmara da Marinha Grande declarou-nos que irá "dar continuidade aos programas de obras em curso na câmara porque são programas de defesa dos interesses das populações. Há uma série muito grande de prioridades, mas procurarei auscultar sempre as populações no sentido destas revelarem quais as necessidades mais prementes. Outro ponto que condicionará o futuro trabalho da câmara relaciona-se com a competência e o grau de autonomia que a lei, em preparação, venha a conceder aos municípios", declarou ainda.

EM AVIS NA CÂMARA
Objectivo fundamental será a Reforma Agrária

AVIS — O concelho de Avis, no distrito de Portalegre, elegeu seu Presidente da Câmara um trabalhador da Cooperativa 1.º de Maio, integrado numa lista da Frente Eleitoral Povo Unido. Do programa de actividades que José Luís da Silva Correia irá concretizar consta a construção prioritária de um lar para a terceira idade; outras prioridades vão para o abastecimento de água, rede de esgotos, construção de creches e jardins escolas.

"Mas a base fundamental", afirmou José Luís da Silva Correia a "o diário", "é a defesa da Reforma Agrária, pois foram os trabalhadores rurais que nos elegeram. Pensamos que o Governo face a estes resultados só tem que respeitar a vontade expressa pelas populações. Daí esperarmos do Governo que não mande a GNR antes de dialogar com os trabalhadores, já que estes nunca se recusaram a dialogar com o Governo".

EM BEJA
Povo Unido semente do movimento unitário

BEJA — "Nestas eleições o povo alentejano demonstrou uma vez mais a sua firme disposição de construir uma sociedade sem exploradores nem explorados", declarou a "o diário" o reeleito presidente da Câmara Municipal desta cidade, José Carlos da Silva. Reis Colaço da Frente Eleitoral Povo Unido.

Após salientar que "a Frente é a semente do movimento unitário que envolverá todos os democratas e antifascistas que queiram construir o socialismo em Portugal", Reis Colaço afirmou: "Congratulo-me com os resultados obtidos não só no Alentejo como em todo o país, pois eles são o testemunho indubitável da confiança que os trabalhadores depositaram nas nossas listas".

Em relação ao novo **mandato**, Reis Colaço afirmou que vai tentar concluir a obra que começou como presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Beja. "O saneamento básico nas freguesias rurais, o problema habitacional, o fornecimento de água às populações e à cidade, bem como a melhoria das estradas e transportes do concelho são, entre outras, algumas das principais questões que iremos procurar resolver", declarou-nos a concluir.

EM LAGOS
«Unidade com o PS para bem do concelho»

LAGOS — "Vamos esforçar-nos por fazer a unidade com o PS para promover o bem do concelho", declarou ao nosso jornal Silvino Borralho, independente integrado nas listas da Frente Eleitoral Povo Unido, eleito vogal para a Câmara Municipal desta cidade algarvia.

"O nosso trabalho não vai ser fácil, pois há pouco dinheiro, mas mesmo assim iremos fazer tudo o que está ao nosso alcance para cumprir o programa apresentado".

o diário VENDE-SE:

HERCULANO MIGUEL TAVARES

MIDÕES (Coimbra)

TERRAS DO BOURO

«Paz e amor» do CDS para o PPD

BRAGA — A "paz e amor" a toda a hora invocados pelo CDS degeneraram em desordem, tiros e agressões quando alguns súbditos do prof. Freitas constataram que tinham perdido para o PPD/PSD as eleições para a Assembleia de Freguesia de Balança, no concelho de Terras do Bouro.

Incomodados com a derrota, militantes do CDS não encontraram melhor maneira de dar vazão à sua má disposição do que virarem o tractor do dr. Américo Barbosa, candidato pelo PPD à Câmara de Terras do Bouro. Ainda insatisfeitos, dirigiram-se ao automóvel da professora primária de Balança, Lucília Arantes, e esvaziaram-lhe os pneus.

A propósito destes incidentes, os candidatos da Frente Eleitoral Povo Unido divulgaram um comunicado repudiando a violência praticada pelos membros do CDS.

A FEPU conseguiu alguns resultados assinaláveis no concelho de Terras do Bouro. Na Câmara Municipal obteve um mandato; na freguesia de Moimenta classificou-se em segundo lugar e obteve dois mandatos enquanto o PPD obteve cinco; em Vilar da Veiga conquistou um mandato para a Assembleia de Freguesia.

SÁ CARNEIRO NA GULBENKIAN:

«Alternativa ao Governo PS é um Governo da confiança do Presidente da República»

"Verificámos que muitas das críticas que havíamos feito à política de Lopes Cardoso (e que pessoalmente me valeram epítetos de reaccionário e anti-Reforma Agrária) foram retomadas pelo ministro António Barreto", declarou o dr. Sá Carneiro, respondendo a uma pergunta sobre qual é a política do PPD/PSD no domínio da agricultura, no decurso de uma conferência de imprensa ontem realizada no centro do escrutínio da Gulbenkian e em que o dirigente **social-democrata** fez o rescaldo das eleições para as autarquias locais.

Desenvolvendo o tema proposto por um jornalista lembrou no entanto que "há divergências profundas entre nós e o programa do PS" no que diz respeito à Reforma Agrária. O dr. Sá Carneiro criticou depois as Unidades Colectivas de Produção como antieconómicas e concluiu que a política do Governo PS quanto à Reforma Agrária "é ainda bastante ambígua".

Ao contrário do que tinha sucedido com a conferência de imprensa do prof. Freitas do Amaral, a do Presidente do PPD/PSD forneceu alguns motivos de interesse. O menor não terá sido a revelação pelo dr. Sá Carneiro da alternativa do PPD/PSD ao Governo PS, feita após um jornalista ter constatado que, de todos os partidos que criticam o governo, só o PCP apresentou alternativas de superação da situação de crise em que se encontra o país.

Na opinião do dr. Sá Carneiro, enquadrado na mesa pelo secretário geral do PSD/PPD, dr. Magalhães Mota, e pelo Presidente do Grupo Parlamentar, dr. Barbosa de Melo, "a alternativa ao Governo PS é um governo da confiança do Presidente da República cujo papel", lembrou, "não é apenas o de designar o Primeiro-Ministro". No seu recado ao general Ramalho Eanes o dr. Sá Carneiro não se esqueceu de sublinhar que o Presidente da República tem também uma palavra a dizer quanto aos ministros. "Defendo a constituição de um governo reduzido em número", prosseguiu o dr. Sá Carneiro, "com pessoas competentes provindas de partidos democráticos ou até sem partido; esta seria, parece-me a alternativa válida para o Governo minoritário socialista".

Depois acrescentou que esta proposta põe o problema do apoio parlamentar a um governo destes, mas revelou que o PSD/PPD está disposto a negociar.

Precisando o que entendia por pessoas "sem partido", dado que um dos presentes lhe perguntou se os militares também se incluíam nesse conceito, o dr. Sá Carneiro sublinhou que "os militares são e devem ser sem partido (...). O governo deve ser predominantemente ou exclusivamente de civis. Só a verificar-se a total impossibilidade de encontrar civis, se deve recorrer a militares. Não me parece de boa norma a interpenetração de militares nos assuntos civis", concluiu. Após esta precisão um dos jornalistas presentes perguntou ao dr. Sá Carneiro onde residia a diferença entre esta proposta e a já apresentada pelo PCP. O Presidente do PPD/PSD declarou que a proposta do seu partido não partia do pressuposto político da "maioria de esquerda", antes de pressupostos de "eficácia". E acrescentou: "De um tal governo não deveriam fazer parte membros do PCP pois seguem uma via de total vinculação partidária".

No decurso da conferência de imprensa o dr. Sá Carneiro fez várias críticas ao Governo PS e ao orçamento, considerando que as eleições para as autarquias confirmaram as anteriores votações no PPD/PSD. Entretanto criticou também veementemente a forma como tinha decorrido o debate televisivo de anteontem de que foi um dos maiores animadores.

PUB.

BUÇACO

Notável pela variedade e beleza das suas árvores, muitas das quais centenárias, a Floresta do Buçaco foi fundada em 1628 pela Ordem das Carmelitas Descalças, é sem dúvida a mais pitoresca floresta do país.

Incomparável local de repouso, proporciona além disso maravilhosos passeios, como à Cruz Alta (541 metros), Fonte Fria, São Silvestre, Moinho de Sula, etc.

Outros pontos de interesse a visitar: Igreja do Mosteiro, Lago do Palace Hotel, Igreja do Mosteiro, Capela dos Monjes e Vitória, Museu da Guerra Peninsular, com uma vasta colecção de armas e fardamentos do tempo da Batalha do Buçaco.

CONHEÇA BUÇACO EM FIM DE SEMANA

Transporte em autocarro e alojamento num dos melhores hoteis do país, BUÇACO PALACE HOTEL.

Partidas — Todos os sábados, às 07.30 horas, da Rua Augusto dos Santos n.º 5 (junto à Igreja de S. Sebastião da Pedreira). Chegada ao Buçaco cerca das 11.30.

Regresso — Às segundas-feiras o nosso autocarro passará no Hotel às 15.15, chegando a Lisboa cêrca das 20.00 horas.

Preços por pessoa — Em quartos de duas pessoas c/ banho

	C/ transporte	S/ Transporte	Noite extra
Quarto e pequeno almoço	1.060$00	760$00	330$00
Meia-pensão	1.500$00	1.200$00	550$00
Pensão completa	1.940$00	1.640$00	770$00
Suplemento para quarto individual	300$00	300$00	150$00

informações e inscrições:

FEPU aumenta votação no distrito de Leiria

LEIRIA — Com um aumento de cerca de 4 mil votos relativamente ao número alcançado pelo PCP (o principal partido da FEPU) nas eleições legislativas, a Frente Eleitoral Povo Unido foi a única força política que, no distrito de Leiria, saiu reforçada das eleições para as autarquias locais.

Enquanto o PS, o PPD/PSD e o CDS perderam 16 mil, 11 mil e 12 mil votos, respectivamente, a FEPU viu a sua votação aumentar 4 mil votos, em comparação com os votos obtidos pelo PCP em Abril último. Percentualmente, este aumento é de 4,21 por cento (de 7,3 para 11, 51 por cento).

Conquistando a maioria na Assembleia Municipal da Marinha Grande, a FEPU está igualmente representada em Assembleias Municipais de concelhos como Alcobaça, Bombarral, Caldas da Rainha, Leiria, Nazaré e Peniche. O facto de o PS ter alcançado a maioria na Câmara Municipal da Marinha, por uma pequena margem, deve-se à ajuda do PPD/PSD, que fez deslocar para o Partido Socialista centenas de votos.

A Frente Eleitoral Povo Unido venceu também em diversas freguesias e apoiou listas independentes que obtiveram a maioria em Assembleias de Freguesia como a da Marinha Grande (lista independente "Força 25 de Abril").

Prevendo a derrota que iriam sofrer, os partidos reaccionários cometeram, durante a campanha e o acto eleitoral, diversas irregularidades e actos de violência. Na freguesia de Torquel, concelho de Alcobaça, foram agredidos e tiveram de ser hospitalizados dois delegados da FEPU.

Apesar da sua actuação ilegal e terrorista, as forças de direita acabaram por sofrer uma derrota no distrito de Leiria, onde a Frente Eleitoral Povo Unido deu um contributo apreciável para impedir que os caciques voltassem em grande número às autarquias.

FREITAS DO AMARAL NA GULBENKIAN

Da «oposição reforçada» à «oposição civilizada»

"Pela nossa parte, pensamos que quatro eleições em ano e meio é factor de cansaço sendo factor de desinteresse a falta de melhoria das condições de vida das populações", declarou o prof. Freitas do Amaral, presidente do CDS, a dado passo da sua intervenção introdutória à conferência de Imprensa ontem realizada na Gulbenkian. O líder do CDS, acompanhado pelo secretário-geral do partido dr. Basílio Horta, limitou-se a repetir o que já tinha afirmado no decurso da mesa redonda transmitida anteontem pela televisão, pelo que o seu encontro com os jornalistas revestiu pouco interesse.

O presidente do CDS começou por declarar que ficava bem "sublinhar a importância das eleições locais como passo extremamente significativo no caminho da democracia local". Sublinhou depois o "elevado número de abstenções" verificadas, acrescentando ser "esse número tanto mais preocupante quanto o fenómeno tem sido nítido de eleição para eleição". Pensa que para o facto contribuiu de alguma maneira a falta de propaganda eleitoral partidária na rádio e na televisão e ainda na Imprensa escrita.

Na opinião do prof. Freitas do Amaral, as eleições vieram confirmar as posições relativas dos principais partidos obtidas em Abril passado. Neste capítulo o dirigente do CDS defendeu que há "ligeiras variações que interessa anotar". Pàra o prof. Freitas do Amaral o PS voltou a descer a sua votação global; a Frente Eleitoral Povo Unido revelou um eleitorado estável (as suas considerações basearam-se numa análise percentual dos resultados obtidos nas eleições para a Assembleia Constituinte pelo PCP, MDP/CDE e FSP); ainda segundo o mesmo analista, o PPD/PSD registou uma ligeira subida; o mesmo tendo sucedido ao CDS ("algo entre 0,6 por cento, e 0,8 por cento"). Como conclusão da sua exposição, o prof. Freitas do Amaral mostrou-se convencido què estas eleições não produzirão modificações no quadro político nacional. Neste aspecto pensa que o decisivo será a evolução da situação económica e a capacidade que o Governo PS revele na sua superação.

No período de perguntas e respostas, o prof. Freitas do Amaral limitou-se a reafirmar que "o CDS é oposição civilizada ao Governo" e por isso a atitude de oposição aumentaria ou diminuiria conforme o Governo se afastasse ou aproximasse das ideias do partido **centrista**. De notar que esta resposta se afasta do que tem vindo a ser a prática recente do CDS, que decidira aumentar a sua atitude de oposição ao Governo. Ao facto não será estranha a votação obtida pelo CDS nestas eleições que ficou muito aquém dos 30 por cento que chegaram a ser previstos pelos **centristas.**

Apreciando a actual situação política, o presidente do CDS considerou que vivemos uma situação de "crise grave (...) verificam-se fenómenos típicos que constumam acompanhar as grandes convulsões sociais (grande taxa de inflação e elevado desemprego)". "Isso vai exigir do Governo", acrescentou, "grande demonstração de capacidade facto até agora não verificado".

Povo Unido tem 2.º lugar em Celorico de Basto

CELORICO DE BASTO — A Frente Eleitoral Povo Unido foi a segunda lista mais votada nas eleições municipais do concelho de Celorico de Basto (distrito de Braga) e obteve um mandato para a Câmara Municipal. O CDS, que ganhou, obteve três e o PPD um. O PS não conquistou qualquer mandato.

Os resultados obtidos pela Frente Eleitoral Povo Unido em Celorico de Basto foram dez vezes superiores aos obtidos em Abril passado pelos partidos que a constituem. Nas eleições para as Assembleias de Freguesia do concelho, as listas unitárias apoiadas pela FEPU obtiveram o primeiro lugar em pelo menos duas freguesias: em Veade venceram as três votações e em Vale de Bouro venceram na Assembleia de Freguesia e colocaram-se em segundo lugar na Câmara e Assembleia Municipal. As listas unitárias obtiveram segundas posições nas freguesias de S. Clemente e Britelo.

PUB.

SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS LANIFÍCIOS E VESTUÁRIO DO SUL

CONVOCATÓRIA

Nos termos do Artigo 19.º, ponto 2, alínea b) e em conformidade com o Artigo 16.º ponto 1, alínea b) dos n/Estatutos, CONVOCO a Assembleia Geral Extraordinária para o dia 18 de Dezembro de 1976 pelas 14.30, para o salão da Voz do Operário, em Lisboa e com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Análise, discussão e votação dos projectos de Estatutos e Programa de Acção para a INTERSINDICAL NACIONAL.
2. Outros assuntos

Lisboa, 29 de Novembro de 1976

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
a) António Cunha das Rosas

NOTA: De acordo com o Artigo 21.º, ponto 1, a Assembleia Geral terá início à hora marcada com a presença da maioria dos sócios, ou 30 minutos depois com qualquer número de sócios.

AVISO

Lembra-se a todos os sócios que estão nas delegações de Moscavide, Barreiro, Cacém, Torres Novas, Minde, Mação, Almada, Portalegre e na sede do Sindicato o «FUSO» especial n.º 3, que contém os projectos elaborados pela CNOC e, que todos os trabalhadores podem fazer ou propor alterações, que virão a ser votadas nesta Assembleia Geral Extraordinária.

PUB.

Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Fluviais

ASSEMBLEIA GERAL ELEITORAL

CONVOCAÇÃO

Nos termos dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral deste Sindicato para reunir em sessão eleitoral no dia 31 de Janeiro, (segunda-feira) com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Único — ELEIÇÃO DOS CORPOS GERENTES PARA O BIÉNIO DE 1977/78

NOTA: Os locais de votação, assim como o respectivo horário serão anunciados oportunamente.

Lisboa, 15 de Dezembro de 1976

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Amaro Georgino Fernandes

PUB.

VIAJE +BARATO*

* aproveite as tarifas especiais outono e inverno

Passe 4 dias em Espanha

MADRID 2.890

BARCELONA 3.950

voos em aviões da IBÉRIA

NOTA – Para qualquer destes programas apenas cerca de 1.000$00 esc. serão anotados no seu passaporte

VIAGENS • TURISMO citirama

Av. Praia da Vitória, 12-B – LISBOA (ao Saldanha) Tel. 57 55 64 – 56 06 68

ESTAMOS ABERTOS À HORA DO ALMOÇO

PASSAPORTES rapidez • eficiência

PUB.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Convoco, para efeitos do preceituado no art.º 33, alínea c), dos Estatutos deste Sindicato, a sua Assembleia Geral Ordinária, para o dia 29 do corrente, pelas 21 horas, em Setúbal no Pavilhão do Clube Naval Setubalense, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1 – Apreciação e deliberação do Orçamento Geral para 1977; e

2 – Apreciação e deliberação de Orçamento Suplementar de 1976.

IMPORTANTE: A Assembleia terá início à hora marcada com qualquer número de presenças, sendo indispensável a apresentação de Cartão de Sócio.

Barreiro, em 13 de Dezembro de 1976

O Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral

João Maria Sovelas

PUB.

Um semanário diferente para chegar a mais gente

Mais um jornal se anuncia para breve.

Você, que anda de tal maneira «cheio de informação» que até já perdeu o hábito de fazer a sua paragem diária nas bancadas dos ardinas, interroga-se sobre mais um semanário que vai sair.

Tem a dúvida da oportunidade, o sobressalto da desconfiança, o cepticismo da qualidade.

Nós concordamos consigo.

Você terá talvez toda a razão em pensar assim.

Excepto num caso.

Excepto no que diz respeito ao TELEX.

O TELEX é de facto um semanário diferente para chegar a mais gente.

A si, por exemplo!

PUB. ESCOLA DE CONDUÇÃO GRANCOOP

COOPERATIVA DE ENSINO DE CONDUÇÃO AUTOMOVEL DE LISBOA

PREÇOS INFERIORES A MEDIA

Av. João Crisóstomo, 66, 1.º-Dto. Lisboa 1 (S. SEBASTIÃO) Telef. 53 52 63

PUB.

SINDICATO DOS ENFERMEIROS DA ZONA SUL

CONVOCATÓRIA

— Convocam-se os Enfermeiros Delegados Sindicais da Zona Sul, para uma Reunião Geral a efectuar-se na sala de Conferências do Hospital Miguel Bombarda, em 18/12/76, pelas 15 horas:

ORDEM DE TRABALHOS:

1 — Reorganização do Sindicato, papel dos Delegados Sindicais;

2 — Funções dos Delegados, no actual momento sindical;

3 — Eleição de 3 Delegados Sindicais para participação no Congresso dos Sindicatos;

4 — Discussão do anunciado decreto sobre recebimento de quotização;

5 — Formação sindical para Delegados Sindicais.

Lisboa, 13/12/76

Pel'A Direcção

PUB.

BOA COLOCAÇÃO COM BOM VENCIMENTO

Obterá se frequentar os cursos que se iniciam no PRÓXIMO DIA 3 de JANEIRO de:

★ PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES nas linguagens COBOL – RPG II – ASSEMBLER
★ PERFURAÇÃO E VERIFICAÇÃO IBM (individual)
★ DESENHO DA CONSTRUÇÃO CIVIL
★ MEDIDOR ORÇAMENTISTA CONST. CIVIL
★ DECORAÇÃO DE INTERIORES ★ DESIGN
★ CONTABILIDADE
★ CONTABILIDADE INDUSTRIAL E GESTÃO ORÇAMENTAL
★ GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
★ RELAÇÕES PÚBLICAS ★ PUBLICIDADE
★ MARKETING ★ TÉCNICA DE VENDAS
★ SECRETARIADO ★ HOSPEDEIRA DE TERRA E AR

O ÚNICO INSTITUTO QUE ASSEGURA ESTÁGIO

Proporcionamos-lhe ainda:

★ BOLSAS DE ESTUDO EM INGLATERRA, FRANÇA E ESPANHA
★ RECONHECIMENTO OFICIAL DOS CURSOS EM PORTUGAL E EM DIVERSOS PAÍSES ESTRANGEIROS
★ UMA CARREIRA PARA OS QUE A NÃO POSSUEM
★ APOIO DURANTE OS PRIMEIROS TEMPOS DE TRABALHO
★ UMA ACTUALIZAÇÃO INDISPENSÁVEL PARA TODOS

com o alto patrocínio do CENTRO NACIONAL DE ESTUDOS E PLANEAMENTO

Instituto de Aperfeiçoamento Técnico Acelerado

R. Nova do Almada, 81-3.º – LISBOA – Tel. 325577-371032

PUB.

EXCURSÕES EM AUTOCARROS

PASSEIOS TURÍSTICOS

Com a qualidade internacional CLARAS. Confortáveis autocarros com aquecimento. Óptimos Hotels com banho privativo. Passeios com Guias oficiais especializados.

NATAL EM ALDEIAS PORTUGUESAS

Partidas a 24 de Dezembro

MINHO E GEREZ - 3 dias - 2240$00
BEIRA - 3 dias - 2170$00
ALTO ALENTEJO - 3 dias - 2100$00

FINS DE ANO SUCESSO

SALAMANCA - 3 dias - part. 31 Dez. 2470$00
VIGO - 3 dias - part. 31 Dez. 2790$00
MADRID - 4 dias - part. 30 Dez. 2900$00
TANGER - 4 dias - part. 30 Dez. 4230$00

AMENDOEIRAS EM FLOR

ALGARVE - 3 dias - part. 14-21-28 Jan.
4-11 de Fevereiro.....1 890$00
BARCA DE ALVA - 3 dias -part. 11-18-25 de Fevereiro e 4 de Março.....2 200$00

VIAJE COM CLARAS E DESCUBRA PORQUE OS NOSSOS PROGRAMAS SE ESGOTAM COM RAPIDEZ. PEÇA-NOS PROGRAMAS DETALHADOS.

PLM 03

CLARAS

UM DEPARTAMENTO DA RODOVIÁRIA NACIONAL EP

AV. FONTES PEREIRA DE MELO, 33 - TEL. 560015 - LISBOA-2

Eleições para o Poder Local

Situação em nove distritos apurados

Em nove distritos de que se conhecem os resultados da totalidade dos seus concelhos, é a seguinte a repartição das Câmaras Municipais, por partido (indica-se entre parêntesis, no caso de alteração, o partido que detinha a maioria, antes das eleições):

BEJA

FEPU — Aljustrel, Barrancos (PS), Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Odemira e Serpa.

PS — Alvito (PCP), Vidigueira (PCP), Moura (PCP) e Almodôvar.

PSD — Ourique (PS).

CASTELO BRANCO

PS — Belmonte, Castelo Branco, Covilhã, Fundão, Idanha-a-Nova, Penamacor (CDS) e Vila Velha de Ródão.

PSD — Oleiro, Sertã e Vila de Rei (CDS).

CDS — Proença-a-Nova (PSD).

COIMBRA

PS — Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Penacova (PSD) e Soure.

PSD — Arganil (PS), Cantanhede, Mira, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penela, Tábua e Vila Nova de Poiares (PS).

ÉVORA

FEPU — Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz (PS), Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Portel, Redondo, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vila Viçosa.

PS — Mourão e Reguengos de Monsaraz.

FARO

PS — Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagos, Loulé, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António.

PSD — Lagoa (PS) e Monchique (PS).

LISBOA

PS — Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cadaval, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Oeiras, Sintra, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras (PSD).

FEPU — Vila Franca de Xira (PS).

PORTALEGRE

PS — Alter do Chão, Arronches, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte (PCP), Nisa e Portalegre.

FEPU — Avis, Ponte de Sôr e Sousel.

PORTO

PS — Baião, Felgueiras, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Santo Tirso, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

PSD — Amarante, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de ferreira (PS) e Penafiel.

CDS — Paredes (PSD) e Póvoa de Varzim (PSD).

SETÚBAL

FEPU — Alcácer do Sal, Almada, Barreiro, Grândola, Moita, Palmela (PS), Santiago do Cacém, Seixal, Sesimbra (PS) e Sines.

PS — Alcochete (PCP), Montijo (PCP) e Setúbal.

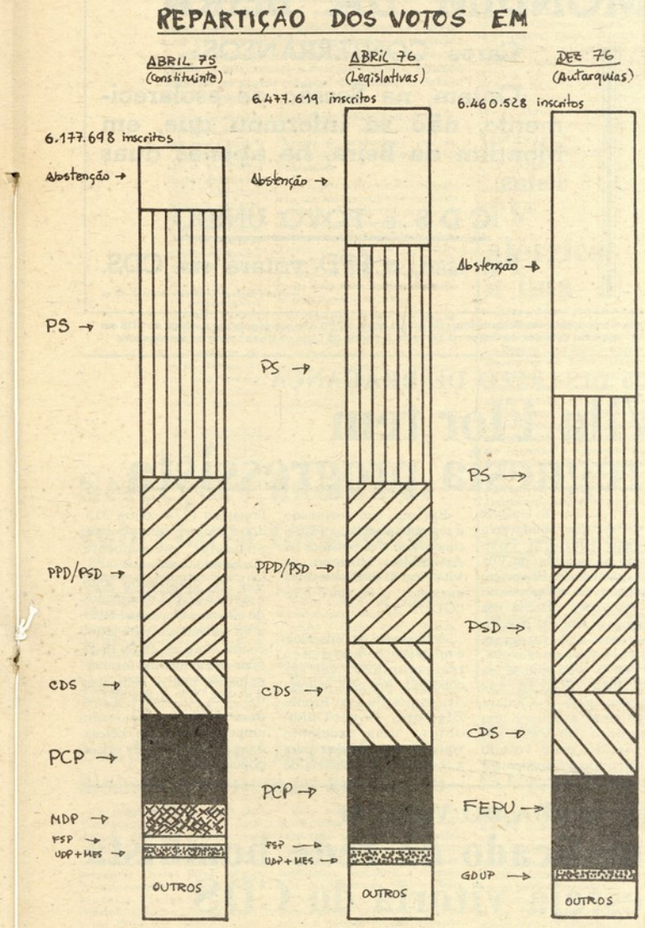
Freguesias

Das setenta e quatro freguesias do distrito de Évora, a Frente Eleitoral Povo Unido venceu em quarenta e oito tendo eleito 318 elementos para as diversas Assembleias de Freguesia. O PS alcançou a vitória em vinte e quatro elegendo 234 elementos para as Assembleias de Freguesia. Quanto ao PPD/PSD venceu numa freguesia e elegeu 31 candidatos para as Assembleias de Freguesia. No caso do CDS, embora não sendo maioritário em nenhuma freguesia, elegeu 10 pessoas para as Assembleias de Freguesia. Quanto à freguesia de Oriola (concelho de Portel) o número de elementos eleitos pelo PS e pela Frente Eleitoral Povo Unido foi o mesmo: sete cada um.

No distrito de Portalegre, das setenta e seis freguesias existentes, sessenta e quatro foram conquistadas pelo PS, nove pela Frente Eleitoral Povo Unido, duas pelo CDS e uma pelo PPD/PSD.

Quanto ao distrito de Beja, das noventa freguesias existentes, cinquenta e quatro terão liderança da Frente Eleitoral Povo Unido, trinta e uma de elementos constantes das listas apresentadas pelo PS, três de elementos do PPD/PSD e uma de personalidades independentes apoiadas pela Frente Eleitoral Povo Unido.

No caso do distrito de Setúbal, num total de cinquenta e quatro freguesias, a Frente Eleitoral Povo Unido detém a maioria em trinta e sete, o Partido Socialista em catorze, duas serão geridas por listas unitárias apoiadas pela Frente Eleitoral Povo Unido e uma será liderada por uma outra lista unitária.



DISTRITOS	% DO PCP A. REPÚBLICA	% DA FEPU PODER LOCAL	DIFERENÇA
AVEIRO	3,8	6,05	+2,25
BEJA	44,0	46,87	+2,87
BRAGA	4,1	7,49	+3,39
BRAGANÇA	2,7	5,30	+2,60
C. BRANCO	6,6	9,36	+2,76
COIMBRA	7,2	10,10	+2,90
ÉVORA	43,0	48,21	+5,21
FARO	14,5	19,62	+5,12
GUARDA	2,9	4,27	+1,37
LEIRIA	7,3	11,51	+4,21
LISBOA	21,8	26,64	+4,84
PORTALEGRE	22,0	24,05	+2,05
PORTO	8,4	12,16	+3,76
SANTARÉM	16,1	22,40	+6,30
SETÚBAL	44,3	47,40	+3,10
V. CASTELO	6,6	5,81	−0,79
V. REAL	3,1	5,49	+2,39
VISEU	2,3	5,76	+3,46
A. HEROISMO	1,5	1,27	−0,23
HORTA	1,5	2,33	+0,83
P. DELGADA	1,5	1,22	−0,28
FUNCHAL	1,5	1,82	+0,32

Os valores indicados para a Frente Eleitoral Povo Unido são ainda parciais mas pode desde já concluir-se uma subida — em alguns pontos assinalável — em todos os distritos do País, com excepção de Viana do Castelo, precisamente uma das zonas em que o valor indicado estava longe do final do apuramento.

A utilização dos resultados do Partido Comunista Português na AR como termo de comparação baseia-se no facto de ser esta a organização política com mais peso na Frente Eleitoral Povo Unido.

PUB.

SUGESTÕES para um NATAL COM LIVROS

ATÉ AMANHÃ CAMARADAS
Manuel Tiago ..... 100$00

ASSIM FOI TEMPERADO O AÇO
Nicolai Ostrovski ..... 80$00

A REVOLUÇÃO PORTUGUESA — O PASSADO E O FUTURO
Álvaro Cunhal ..... 100$00

AS LÁGRIMAS E O VENTO
Manuel dos Santos Lima ..... 95$00

PORTUGAL DEPOIS DA REVOLUÇÃO DOS CAPITÃES
Wilfred Burchett ..... 80$00

DESENHOS DA PRISÃO
Álvaro Cunhal ..... 300$00

A NOSSA HISTÓRIA É A LUTA DO POVO ..... 100$00

...e Tambem DISCOS!

ADELANTE PORTUGAL
Carlos Puebla ..... 212$00

OS OPERÁRIOS DO NATAL ..... 212$00

Durante o mês de Natal, contra a entrega deste cupão numa das já Populares Livrarias CDL, receberá gratuitamente um livro.

Terá também o desconto especial de 10% na compra de qualquer das obras acima citadas.

PUB.

POPULARES LIVRARIAS CDL

sugerem-lhe uma boa oferta de Natal

A NOSSA HISTÓRIA É A LUTA DO POVO

Álbum com 20 ilustrações da História do PCP

PUB.

ANTÓNIO CARLOTO

TECIDOS, ESTOFOS E DECORAÇÕES

MÓVEIS EM TODOS OS ESTILOS AOS MAIS BAIXOS PREÇOS

D. Maria, Queen Anne, Luís XV, Luís XVI, D. João V, Rústico e Nórdico

O mais variado sortido para todos os preços

TAPETES – CARPETES – PASSADEIRAS

CONSULTEM OS NOSSOS PREÇS PARA VOSSO INTERESSE

R. Miguel Bombarda 1, 222 e 222-A – Telef. 2072448

Rua Serpa Pinto, 43 e 45 BARREIRO

PUB.

Acessível a todos os leitores (o preço e a linguagem)

À VENDA BREVEMENTE

Mais um número da colecção ABC do Marxismo-Leninismo

Distribuição CDL

ABC do Marxismo-Leninismo

Série A A SOCIEDADE E O ESTADO Nº 8

A DOUTRINA MARXISTA DAS CLASSES E DA LUTA DE CLASSES (II)

PUB.

PUB.

Livros Soviéticos

OBRAS COMPLETAS DE LENIN

(em Francês)

chegaram os volumes 12-19-26 e 40

PUB.

AOS DELEGADOS SINDICAIS ÀS COMISSÕES DE TRABALHADORES

Camaradas,

A série de medidas que o Governo vem tomando contra os interesses dos trabalhadores e contra as suas Organizações de classe, o Movimento Sindical, têm merecido repúdio generalizado em várias acções de massas, exemplos do Encontro Nacional de Dirigentes e Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores e as concentrações em Lisboa, Coimbra e Porto, e outras tomadas de posição.

Contudo, é manifesta preocupação dos Sindicatos e dos trabalhadores em geral sobre a questão da quotização sindical assim como a legislação de trabalho que irá ser fruto de discussão na Assembleia da República.

Assim, para tratar destas questões, convocamos todos os Delegados Sindicais e membros de Comissões de Trabalhadores do Distrito de Lisboa para uma reunião.

DIA 16/12 (QUINTA-FEIRA), ÀS 21.00 HORAS
Escadinhas do Duque, 20 — Lisboa *(Refeitório da C. P.)*

com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Quotização sindical
— formas de luta contra a medida do Governo;
2 — Legislação do Trabalho
— Lei dos despedimentos
— Projectos de Lei em discussão na Assembleia da República
— Participação dos trabalhadores na discussão
— Tomadas de posição

Lisboa, 14/12/76

Secretariado das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa

Sindicato dos Electricistas do Sul
Sindicato dos Transportes Rodoviários de Lisboa
Sindicato dos Vidreiros
Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Lisboa
Sindicato dos Trabalhadores Químicos do Centro
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Cerâmica de Lisboa
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira de Lisboa
Sindicato dos Ferroviários do Centro

PUB.

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

TERÇA-FEIRA, 21, ÀS 21 HORAS – **TODOS À VOZ DO OPERÁRIO**

Num momento em que a Lei dos Despedimentos ameaça fazer dos trabalhadores um joguete na mão dos patrões;

Num momento em que o Governo pretende, pelo decreto-lei sobre quotização, acabar com a força dos Sindicatos, na defesa dos trabalhadores ("Quebrar a espinha" – diz o Secretário de Estado do Trabalho);

Só uma grande unidade na luta contra as manobras antioperárias nos poderá garantir a resolução dos nossos problemas.

VAMOS TODOS À ASSEMBLEIA, PORQUE A LUTA CONTINUA!

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Negociações do Contrato Colectivo de Trabalho Vertical
2. Quotização para o Sindicato (Decreto-Lei 841-B/76)
3. Lei dos Despedimentos (Decreto-Lei 841-C/76)
4. Discussão e aprovação dos:
   — Projecto de Alteração dos Estatutos da Intersindical
   — Projecto do Programa de Acção
   — Projecto de Lei Sindical

Camarada: no interesse de todos os Rodoviários, comparece e participa!

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

PUB.

HOJE À VENDA MAIS UM NÚMERO

semanário

aqui

aqui — SAI TODAS AS TERÇAS

Mesmo assim, perderam...

Ao POVO de MONDIM DA BEIRA

Caros CONTERRÂNEOS:

Ontem, na Sessão de esclarecimento, não se informou que, em Mondim da Beira, há apenas duas listas.

CDS e POVO UNIDO

Por isso, o PPD votará no CDS.

Impressos Explicativos-Tarouca—178-11-10—500 ex.

Mesmo com este «esclarecimento» de última hora, o PPD não conseguiu dar a vitória ao CDS em Mondim da Beira, concelho de Tarouca. A vitória da Lista do Povo Unido foi esmagadora

NO DISTRITO DE BRAGANÇA

Vila Flor tem freguesia progressista

VILA FLOR — A votação obtida pela Frente Eleitoral Povo Unido no concelho de Vila Flor (distrito de Bragança) aumentou em 400 por cento os resultados obtidos nas eleições de Abril de 76 pelos partidos que integram aquela organização. A FEPU classificou-se na segunda posição nas eleições para a Câmara Municipal e obteve um mandato. O PPD foi o partido mais votado e conquistou dois mandatos.

Embora não mantendo a segunda posição, a FEPU conquistou três posições na Assembleia Municipal de Vila Flor. O PPD obteve 11 mandatos, o PS cinco e os "GDUP" um.

A freguesia de Vila Flor, em pleno nordeste transmontano, vai ser conduzida por uma maioria de esquerda. A Frente Eleitoral Povo Unido obteve uma excelente votação nas eleições para a respectiva Assembleia de Freguesia (274 contra 313 do PPD) e obteve três mandatos, precisamente o mesmo número que o PS, que se classificou logo a seguir à FEPU, com menos de 62 votos. Portanto FEPU e PS somam seis mandatos, contra cinco do PSD. Pode falar-se em maioria local de esquerda, pois os militantes do PS de Vila Flor demonstraram já o seu empenhamento na defesa dos interesses das populações.

NA PÓVOA DO VARZIM

Implicado na rede bombista festeja vitória do CDS

PÓVOA DE VARZIM — As "comemorações" da vitória obtida pelo partido do professor Freitas do Amaral nesta cidade tiveram um dos seus momentos mais exuberantes durante a passeata que numerosos cêdêesses resolveram dar nos seus automóveis. Entre os manifestantes automobilísticos, um chamou a atenção. Tratava-se de Luís Máximo de Jesus Vieira, ex-proprietário do restaurante "pelintra", um dos primeiros indivíduos a ser preso acusado de implicação na rede bombista.

Na altura, procurando sacudir a água do capote, os dirigentes do CDS, em face da mais que conhecida ligação desse e de outros figurões implicados na rede com o seu partido, apressaram-se a desmentir que eles pertencessem ao CDS. Ninguém acreditou, tanto mais que, por exemplo, o Luís Máximo Vieira havia sido delegado daquele partido numa assembleia de voto, aquando das eleições para a Assembleia da República.

Entretanto, cerca das 20 e 30 horas de anteontem, quando a caravana do partido do professor Freitas passava pelas ruas do Bairro de Nova Sintra, sentiram vivamente o repúdio de inúmeros trabalhadores ali residentes e tiveram de "bater em retirada".

As ameaças do delegado de Saúde

SEVER DO VOUGA – «Não votem no CDS e depois apareçam-me lá no consultório...» – ameaçava, durante a campanha eleitoral, o chefe do CDS e sub-delegado de saúde do concelho de Sever do Vouga.

Este indivíduo foi um dos muitos que andaram de casa em casa a pedir votos para o CDS, no âmbito das manobras levadas a cabo pelos grandes senhores do tempo da ditadura, que aparecem agora na pele de «democratas civilizados». A «democracia civilizada» dos caciques do CDS levou-os também a fazer deslocar as suas viaturas para transportar os eleitores, como no tempo de Salazar e Caetano.

Apesar de todas estas pressões, o CDS saiu derrotado, no concelho de Sever do Vouga, perdendo cerca de 1500 votos.

NO TORRÃO (BRAGA)

Unidade da esquerda deu vitória à LUT

MARCO DE CANAVESES — A esquerda unida venceu as eleições para a Assembleia de Freguesia do Torrão, no concelho de Marco de Canaveses (distrito de Braga), através da lista unitária apoiada pela Frente Eleitoral Povo Unido. Grandes manifestações populares de rua assinalaram a derrota da reacção, representada pela lista do PPD, que não chegou a obter metade dos votos da lista unitária — 132 contra 284.

"Toda a esquerda vota na Lista Unitária do Torrão" e "PS vota na LUT" foram as palavras de ordem lançadas pelos militantes do Partido Socialista. A adesão socialista à lista apoiada pela FEPU, a verdadeira unidade de esquerda construída a nível local, traduziu-se no dia 12 na votação em massa do Torrão nas forças progressistas.